

História e Crítica: Gibbon e a “Grandeza imoderada de Roma”

History and Critique: Gibbon and the “Immoderate greatness of Rome”

Para Mark Julian Richter Cass, In memoriam.

Fernão de Oliveira Salles

fernao.salles@gmail.com

(Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil)

Resumo: Trata-se de mostrar que, embora se utilize de termos da tópica difundida na *querela do luxo*, Gibbon realiza sua análise das causas da queda do Império Romano sob uma perspectiva inovadora. Tal ponto de vista é, segundo pensamos, incompatível com a simples avaliação moral do luxo e da frugalidade, bem como de suas consequências para o Estado, os indivíduos e a civilização. Tal perspectiva, conforme tentamos apontar aqui, depende de um bem delimitado conceito de história, desenvolvido a partir de um certo conceito de crítica que situam Gibbon numa posição peculiar no interior do Século XVIII.

Palavras-chave: história; crítica; luxo; vício; virtude.

Abstract: In this article we aim to show that, nevertheless Gibbon uses the topics of the *quarrel of luxury*, he analyses the causes of the fall of Roman Empire from a different and innovative perspective. This point of view is incompatible with the mere moral evaluation luxury and frugality, as well of its consequences to the state, individuals and civilization. As we try to indicate here, this perspective depends on a well defined concept of what is history that is developed from a certain conception of critique that put Gibbon in a peculiar position in the Eighteenth Century.

Keywords: history; critique; luxury; vice; virtue.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v20i1p33-48>

Introdução

São conhecidas as passagens do *Declínio e queda do império romano* nas quais Edward Gibbon não poupa elogios aos tempos de austera simplicidade da república e caracteriza pejorativamente os habitantes rica da luxuosa Roma imperial como sendo uma “raça de pigmeus” que ao final seria suplantada pelos “ferozes gigantes do norte”. Os germânicos, nos termos de Gibbon, teriam corrigido os desvios e a corrupção resultantes do luxo e da opulência do império e restaurado o “espírito viril da liberdade”. Passagens como essa são notáveis justamente pela maneira sintética como estruturam sua análise, usando a oposição entre a simplicidade rude dos bár-

baros germânicos (no caso) e o luxo e o refinamento corrompidos da Roma imperial. Ao empregá-la na construção do quadro histórico que pretende examinar, Gibbon se remete à tópica comum entre os autores do século XVIII¹, a da “querela do luxo”, que se serve das antíteses entre simplicidade e refinamento, polidez e rudeza, urbanidade e rusticidade, entre outras, para conduzir a uma crítica do luxo, que irá desembocar numa disputa acerca do valor do progresso das ciências e das artes e - por que não dizer? - da própria civilização².

A querela, na descrição sucinta e precisa de Luiz Roberto Monzani, vem na esteira de outra discussão, a dos antigos e dos modernos, travada em torno da disputa sobre quais deles (antigos ou modernos) seriam superiores em “diferentes campos”. Como diz Monzani: “Havia os que defendiam a pureza, a frugalidade, a austeridade e as virtudes dos antigos, em contraposição ao amolecimento geral dos costumes nas sociedades modernas, sofisticadas fúteis, efeminadas e dissipadoras.” Os defensores dessas últimas, por sua vez, advogavam a tese de que o refinamento e a abundância, propiciados por avanços científicos e pela economia das nações modernas, não implicavam necessariamente tais consequências. Não foi à toa que, na controvérsia, os críticos da cidade moderna elegeram Esparta e a Roma republicana como modelos de virtude moral e austeridade, em contraste com o fausto e a dissipação das cidades modernas; os luxuosos impérios orientais e a decadência do também luxuoso império romano forneciam exemplos dos efeitos nocivos do luxo. A querela dos antigos e dos modernos vai se desdobrar, no século XVIII, na discussão acerca do luxo, de seus benefícios e prejuízos, considerados, desde o início, sob um viés moral:

“O problema”, como ressalta ainda Monzani, “foi colocado em termos de virtude/vício: qual das cidades oferece melhores condições para desenvolvimento das virtudes morais dos sujeitos: aquela antiga, rústica, que só fornecia o necessário, ou a moderna, mais sofisticada tecnologicamente que, além do necessário, oferece também a possibilidade do supérfluo e, portanto, condições à aparição e manutenção do luxo?”³

É verdade que, nas linhas às quais aludimos acima, Gibbon parece tomar partido dos críticos do refinamento e da civilização em prol da simplicidade e da rusticidade; noutras, entretanto, sua posição parece ser distinta. Não faltam exemplos de textos nos quais as ciências e as artes, bem como os confortos e agrados que elas são

1 Sobre a origem e os desdobramentos da “querela”, cf. a preciosa reconstituição feita por Luiz Roberto Monzani, no capítulo 1 de seu *Desejo e prazer na idade moderna*.

2 A esse respeito, cf., por exemplo, STAROBINSKI, J. A palavra “civilização”. In: *As máscaras da civilização*. Tradução de Maria Lúcia Ribeiro. São Paulo: Companhia da Letras, 2001, p. 18: “Antes que se forme e se difunda a palavra civilização toda uma crítica do luxo, do refinamento das maneiras, da polidez hipócrita, da corrupção provocada pela cultura das artes e das ciências já está instalada. E de Montaigne a Rousseau, passando por La Hontan e muitos outros viajantes do Novo Mundo, a comparação entre o civilizado e o selvagem (ainda que canibal) não acaba em vantagem do civilizado.”

3 Cf. MONZANI, *Desejo e prazer na idade moderna*, p. 21.

capazes de produzir, não aparecem associadas à corrupção dos costumes e ao desfibramento dos cidadãos. Aliás, a própria sequência do texto do *Decline and Fall* que citamos dá a entender que no pensamento de Gibbon há uma certa modulação que mereceria ser examinada. Com efeito, o grande mérito, por assim dizer, dos germânicos foi que promoveram algumas condições que posteriormente seriam favoráveis ao cultivo das ciências e das artes na Europa moderna. Nas palavras do autor: “[Os germânicos] Restauraram o espírito viril da liberdade, e ao fim de um período de dez séculos, a liberdade se tornou a ditosa progenitora do gosto e da ciência”.⁴ Por isso, vale perguntar, como o faz Pocock em seu grande comentário da obra do historiador inglês, se, na obra desse pensador do final do Século das Luzes, estamos realmente diante de mais um episódio da velha condenação moral do luxo⁵. E, se este não for exatamente o caso, vale investigar quais razões teriam levado Gibbon a aludir essa tópica sem, no entanto, conceder a ela seu endosso completo.

Declínio imperial e virtude republicana:

É, como se sabe, com dois estudos sobre o chamado período dos antoninos (98 d.C. - 180 d.C.) que o autor inglês inicia sua história do “triunfo da barbárie e da religião”. A escolha faz sentido, pois, o movimento que levou à queda de Roma começa justamente no momento de maior prosperidade, poderio e refinamento dos romanos. Como afirma Gibbon, já no prefácio ao primeiro volume, no período de Trajano e dos antoninos “a monarquia romana, tendo atingido sua máxima (*full*) força e maturidade começou a se inclinar para seu declínio”.⁶ Tendo atingido praticamente a sua máxima extensão territorial, os romanos teriam procurado manter suas fronteiras dentro dos limites⁷ sugeridos por Augusto (primeiro dos césares⁸) e apenas desfrutado

4 DFb, p.70.

5 Cf. POCOCK, J.G.A. *Barbarism and religion, volume III*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 425.

6 Na verdade, segundo o prefácio do autor, a destruição do império romano ocorre em três tempos ou revoluções: uma primeira que tem início com o reinado de Trajano e dos Antoninos e culmina com o fim do império romano do ocidente; uma segunda que tem início com a restauração do brilho do Império romano do oriente por Justiniano e termina com a invasão da Itália pelos lombardos e a conquista das províncias africanas e asiáticas pelos muçulmanos; e, finalmente, uma terceira revolução, a mais longa de todas, que vai desde o breve renascimento do império do ocidente com Carlos Magno até a tomada de Constantinopla pelos otomanos. Cf. Prefácio do autor, In: *Decline and Fall Of the Roman Empire*, p. xxix, Ed. Fred DeFau and Company, capturado no sítio http://lf-oll.s3.amazonaws.com/titles/1365/0214-01_Bk.pdf, em 11/06/2015.

7 Segundo nos informa o texto, ao morrer, o hábil general, o herdeiro de César que pôs fim à República, desaconselhava seus sucessores a continuarem a expansão das fronteiras do império. A recomendação vai no sentido de estancar a expansão e manter o império dentro de certos limites naturais impostos pelo oceano atlântico, no oeste, o Reno e o Danúbio, no norte, o Eufrates, no leste, e os desertos árabes, no sul. Do ponto de vista de Augusto, não haveria nada a ganhar entrando em guerra seja com os selvagens da Germânia, ao norte, seja com os nativos da Etiópia e da Arábia, ao sul.

8 Não por acaso, a datação do fim da república é controversa. Muitas datas são comumente propostas

da prosperidade do império. Nos termos do próprio texto:

No 2º século da era cristã, o império de Roma abrangia a mais bela parte da Terra e o seguimento mais civilizado da humanidade. As fronteiras daquela vasta monarquia eram guardadas por antigo renome e disciplinada bravura. A influência branda das leis e das maneiras (*manners*) haviam gradualmente cimentado a união das províncias. Seus pacíficos habitantes desfrutavam até o ponto do abuso os privilégios da opulência e do luxo⁹.

Apesar de sucinta, essa descrição já deixa entrever algo da posição de Gibbon acerca da questão que nos propusemos a tratar. Afinal, nestas linhas, a prosperidade, a opulência e o luxo aparecem associados não apenas à paz e à unidade de Roma e das províncias, mas já indicam certo enfraquecimento daquela virtude marcial que era característica dos cidadãos republicanos e que impulsionava o avanço dos domínios romanos. No Império, esta virtude guerreira ficará confinada às legiões que guardam as fronteiras. E, no que tange ao restante dos cidadãos, as qualidades marciais cederão lugar à pacífica unidade das províncias, resultante da influência das leis e do refinamento das maneiras, e ao desfrute abusivo da opulência e do luxo. Não é por acaso que o “período da história do mundo em que”, nos termos do próprio autor, “a humanidade foi mais feliz e próspera” não coincide com aquele em que os domínios romanos mais aumentaram. Pelo contrário, a expansão se deu em todo seu vigor justamente nos anos da república e não durante a vigência daquela “vasta monarquia” que era o império¹⁰.

“Os imperadores”, diz Gibbon, “na maior parte dos casos, contentaram-se em preservar os domínios adquiridos em consequência da *política do senado*, da ativa *emulação dos cônsules* e do *entusiasmo marcial do povo*”.¹¹

A paz, a prosperidade e o luxo que marcam o período de ouro do império contrastam com o espírito marcial e a igualdade que caracterizam a república.

para marcar a transição da República ao Império, incluindo a data da indicação de Júlio César como ditador perpétuo (44 a.C.), a vitória de seu herdeiro Otaviano na Batalha de Áccio (2 de setembro de 3 a.C.), ou a data em que o senado romano outorgou a Otaviano o título honorífico Augusto (16 de janeiro de 27 a.C.).

9 GIBBON, E. *Declínio e queda do império romano (Edição abreviada)*. Organizado por D. A. Sanders. Tradução e notas de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, s/d, p.29. É importante notar que sempre que possível tiraremos proveito da tradução de José Paulo Paes, indicando-a no texto como DFb. As nossas traduções do original virão acompanhadas da indicação DF, para marcar a diferença.

10 A crer em John Robertson, essa caracterização do império como uma espécie de monarquia universal remonta ao pensamento do século XVI. Sobre as implicações dessa maneira de conceituar o poder imperial e suas possíveis raízes na tradição do pensamento político moderno, vale conferir ROBERTSON, J. *Gibbon's Roman Empire as an Universal Monarchy*. In: *Edward Gibbon and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

11 DFb, p. 29.

Numa explicação que ecoa a leitura de Montesquieu, a república aparece no texto de Gibbon como propícia ao aprimoramento da virtude na medida em que o espírito marcial dos romanos, aliado à sua igualdade de cidadãos, os conduzia (sobretudo os cônsules) a uma incessante emulação, cada um tentando incessantemente superar os feitos de seus antecessores. O império, por sua vez, ao instituir a sujeição dos cidadãos ao imperador, teria destruído esse solo até então fértil para o cultivo da virtude. Nos termos de Montesquieu:

Roma, depois de expulsar os reis criou cônsules anuais; foi também isso que a levou a seu elevado grau de poder. Os príncipes têm em sua vida períodos de ambição, após os quais se sucedem outras paixões e até a ociosidade. Mas tendo a república líderes que mudavam todos os anos e que procuravam deixar marcada a sua magistratura para conseguir outras, não havia um só momento de trégua na ambição: eles exortavam o senado a propor guerra ao povo e a cada dia lhe mostravam novos inimigos.¹²

No *Declínio e queda*, porém, esse contraste não se restringe apenas à emulação, que é quase que natural entre os líderes políticos da república, e às paixões caprichosas que determinam a ação do príncipe ou imperador. Com efeito, se a virtude tendeu a deteriorar-se no império foi também porque, na passagem do regime republicano para o imperial, os romanos perderam a liberdade pública da qual gozavam até então e, com ela, perdeu-se ainda a virtude pública que animava as legiões e moldava o caráter dos cidadãos. Como Gibbon não deixa de nos lembrar, nas épocas “mais puras da República” o cidadão por excelência era justamente aquele que tinha direito ao uso das armas, pois possuía alguma propriedade a defender e gozava da prerrogativa de, em algum grau, legislar.

Em oposição a essa época de liberdade e virtude marcial, a época dos antoninos é curiosamente pintada como um momento de tranquilidade na guerra e de refinamento da sociedade. Exceção feita ao reinado de Trajano, ele mesmo talhado na carreira militar, trata-se de um tempo de manutenção das fronteiras, de “gentil repouso” (mais especificamente o reinado de Antonino Pio) e de cultivo das ciências e das artes (Adriano, culto, prudente e moderado, e Marco Aurélio, justo, virtuoso e filósofo). “As obedientes províncias de Trajano e dos Antoninos estavam unidas pelas leis e adornadas pelas artes”.¹³

Mesmo antes dos antoninos, os romanos do império - quer pensemos nos aristocratas, quer consideremos o povo - já não são mais aqueles que correspondiam à dura virtude dos primórdios do regime republicano e que prezavam a sua liberdade a ponto de guerrear para mantê-la. Habitados ao conforto e aos

12 MONTESQUIEU. *Observações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*.

Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002, cap. I, p. 12

13 DFb, p. 46.

espetáculos públicos, propiciados pela extensão de seus domínios, os romanos, mesmo antes da instituição do governo imperial, estão distantes daquele ideal de virtude cívica que caracterizou os primeiros anos da república. Pelo contrário, quando este romano amolecido pela tranquilidade e desacostumado à liberdade se mobilizar pela queda de imperadores cruéis, ele não o fará para restaurar a república mas por mera necessidade de autopreservação - diga-se de passagem, o que parece restar a este povo amolecido pelo luxo e pelo refinamento e acostumado à servidão.

Era um motivo de autopreservação, e não um princípio de liberdade, que animava os conspiradores contra Calígula, Nero e Domiciano. Atacavam a pessoa do tirano, sem dirigir seu golpe na autoridade do imperador.¹⁴

Destituídos de sua liberdade e amolecidos pelo refinamento de suas maneiras e pela opulência de seu Estado, quando os romanos se opõem à opressão de seus piores imperadores o fazem apenas por uma questão de sobrevivência. Não se trata mais de recuperar a liberdade de seus ancestrais e, por isso, o povo romano não ameaçará nenhum imperador que prudentemente se mantenha dentro dos limites da monarquia, evitando a degeneração desta em tirania. Por isso, mesmo que se trate dos governos mais justos, como o de Marco Aurélio, a ausência da virtude republicana vem acompanhada pela servidão. Vejamos o *Declínio e queda* no momento em que Gibbon elabora uma preciosa síntese do processo que levou Roma à república e, posteriormente, ao império:

Desde que Rômulo, com um pequeno bando de pastores e foras-da-lei, entrincheirou-se (*fortified himself*) nas colinas próximas ao Tibre, dez séculos haviam se passado. Durante as primeiras quatro eras, os romanos adquiriram, na laboriosa *escola da pobreza*, as virtudes da guerra e do governo. Pelo vigoroso exercício dessas virtudes e com a assistência da fortuna, no decurso dos três séculos seguintes, eles adquiriram um império absoluto sobre muitos países da Europa, Ásia, e África. Seus últimos trezentos anos foram despendidos em prosperidade aparente e declínio interno.¹⁵

O texto de Gibbon não poderia ser mais claro na oposição que estabelece entre a simplicidade frugal da república e a opulência do império. A vida frugal e mesmo pobre dos primeiros romanos foi favorável para lhes inculcar uma dupla virtude: guerreira, por um lado, e política, por outro. Foi justamente essa combinação, de virtude marcial e virtude política, que lhes assegurou, com o auxílio da fortuna, a conquista de outras nações em nada menos que três continentes. Ora, esse povo, composto por cidadãos que reúnem as qualidades do político e

14 DF, p. 29, grifo nosso.

15 Idem, p. 79.

do guerreiro, tem pouco em comum com os romanos que aceitaram o poder absoluto de Augusto, com vistas a manter seu conforto e tranquilidade. Com efeito, os primeiros romanos jamais cometeriam o erro fatal de delegar sua defesa a estrangeiros e mercenários, separando aquela dupla virtude que lhe trazia força. Todavia, as qualidades da república romana e sua expansão parecem ter engendrado as condições para o império e, com ele, para o amolecimento da virtude e o enfraquecimento da nação. Conforme afirma Gibbon na continuação daquele trecho que acabamos de citar:

A nação de soldados, magistrados e legisladores, que compunham as 35 tribos do povo romano, dissolveu-se na massa comum da humanidade e se confundiu com os milhões de provinciais servis que receberam o nome sem adotar o espírito dos romanos. Um exército mercenário, alistado entre os súditos e bárbaros da fronteira era a única ordem de homens que preservava sua independência - e dela abusava.¹⁶

Amolecidos pela prosperidade a que suas próprias virtudes cívico-militares quase paradoxalmente os conduziram, os romanos delegaram suas funções militares a tropas mercenárias e a estrangeiros. Acostumados à prosperidade e ao fausto, desfrutando “até o ponto do abuso os privilégios da opulência e do luxo”, os romanos perderam sua virtude marcial e acabaram por enfraquecer as outras. O texto supracitado parece, neste sentido, antecipar o veredicto dado pelo autor nas *Observações gerais*:

A prosperidade fez com que amadurecesse o princípio da decadência; as causas de destruição se multiplicavam com a extensão das conquistas, e tão logo o tempo ou os acidentes removeram os sustentáculos artificiais, a estupenda estrutura desabou sob seu próprio peso.¹⁷

As conquistas e a opulência amoleceram os romanos e puseram a perder liberdade e a virtude civil, dando início ao declínio? A segurança e a grandeza do império produziram uma sociedade refinada e corrompida? Parece que sim, afinal Gibbon mesmo nos diz que: “Essa longa paz e o governo uniforme dos romanos instilaram um lento e secreto veneno nos órgãos vitais do império”.¹⁸ Mas será que esse diagnóstico equivale exatamente à condenação do refinamento e da polidez, por um lado, e, por outro, ao elogio da rusticidade e da incultura? É preciso ter cautela aqui. Pois trata-se muito mais de entender em que condições o cultivo produz avanços e aprimoramentos e sob quais outras ele apenas serve ao amolecimento e à submissão dos homens. Vale perguntar, como faz Pocock,

16 Idem, p. 79.

17 Observações gerais sobre a queda do Império Romano do Ocidente, DFb, p. 442.

18 DFb, p. 68.

se estamos mais uma vez diante da “clássica crítica moral ao luxo”, que tanto mobilizou os séculos XVII e XVIII¹⁹.

Ora, chama a atenção do leitor o fato de que, ao lado da crítica ao fausto do império, o texto do *Declínio e queda* não deixa de considerar o que há de benéfico na grandeza e prosperidade dos tempos áureos dessa civilização. Assim, por exemplo, Gibbon chama nossa atenção para o fato de que, longe de serem meramente frívolos, os esforços de ornamentação do império, tanto na capital quanto nas cidades de província, muitas vezes demonstram alguma nobreza, contribuem para o interesse público e resultam em benefícios, mesmo para os cidadãos mais pobres²⁰. E até mesmo o comércio de artigos de luxo, bens supérfluos dos quais apenas os ricos desfrutam, tem efeitos positivos. Pois, quando restritas à medida correta, a produção e a comercialização de artigos desse gênero ajudam a corrigir desigualdades derivadas da distribuição da propriedade de terras, beneficiando o “obreiro diligente e o artífice engenhoso, que não obtiveram quinhão algum na repartição da terra”.²¹

Mas, talvez mais importante, a expansão do império, a unidade e a relativa segurança que ele trouxe, conduziram ao refinamento das nações bárbaras da parte ocidental da Europa. E isso ocorreu seja através da difusão das artes mais fundamentais que eles ignoravam - caso emblemático da agricultura - seja pela difusão daquelas meramente agradáveis e refinadas, voltadas apenas ao prazer e ao ornamento. Por sua extensão e abrangência, o domínio romano criou condições para o estabelecimento de algum comércio entre o oriente e o ocidente, difundindo as artes dos orientais entre os povos rudes da Europa ocidental, polindo essa parcela do mundo. A estabilidade e a proteção propiciadas pelo império, sobretudo durante o período de repouso e paz dos antoninos, favoreceram que a “indústria das nações mais civilizadas” se introduzisse entre os povos do ocidente:

Nas épocas mais remotas da antiguidade o mundo estava dividido de forma desigual. O oriente detinha a posse das artes e do luxo, ao passo que o ocidente era

19 Cf. POCOCK, J.G.A. *Barbarism and religion*, vol. III, p. 425.

20 “Todos os outros recantos da capital e das províncias do império eram embelezados pelo mesmo espírito liberal de magnificência pública, repletos que estavam de anfiteatros, templos, pórticos, arcos triunfais, balneários e aquedutos, todos a seu modo benéficos à saúde, à devoção e aos prazeres dos mais modestos cidadãos” (DFb, p. 61) Vale notar que, segundo Gibbon, a opulência e o lazer dos romanos imperiais preservaram algo do espírito da república. O problema é que no império, onde o governante goza de poder absoluto, a magnificência depende sempre da virtude deste ou daquele imperador. Por isso, ainda que o governo Roma seja virtuoso durante o reinado de Marco Aurélio, ele facilmente se degenerará em “luxo egoísta” sob o mando de Nero. Diferentemente do que ocorre na república, onde a igualdade entre os cidadãos e as barreiras impostas instituições são fontes de estabilidade e controle do poder político, no império o caráter do governo depende do caráter do governante.

21 DFb, p.66.

habitado por bárbaros rudes e belicosos, os quais desdenhavam a agricultura ou a desconheciam totalmente.²²

O total desconhecimento da agricultura é, note-se, a marca inequívoca do caráter inculto e rústico dos povos da Europa ocidental. Superado esse estado de rudeza, tais nações não tardarão a cultivar as letras, as ciências e a filosofia. “O amor às letras, quase inseparável da paz e do refinamento, estava em moda entre os súditos de Adriano e dos Antoninos, que eram eles próprios homens cheios de erudição e de refinamento intelectual”.²³ Mas os efeitos da difusão das artes e ciências, do refinamento dos povos conquistados, têm um caráter ambíguo.

O cultivo das artes, da filosofia, das letras e das ciências traz benefícios, refina as maneiras e os sentimentos dessas nações, mas se realiza em detrimento de sua liberdade civil. Os “países ocidentais”, diz Gibbon, “foram civilizados pelas mesmas mãos que os subjugaram”.²⁴ Assim, por exemplo, o cultivo das letras - que toma conta de Roma e se espalha pelas províncias - é marcado por uma importante e inevitável duplicidade, característica de todo este processo que refina os costumes e sentimentos dos romanos e dos povos por eles conquistados: por um lado, ele consolida a submissão ao domínio de Roma sobre os territórios conquistados e, por outro, é um meio pelo qual o cidadão romano da capital ou da província torna-se mais civilizado, refina suas maneiras e despoja-se de rude belicosidade bárbara²⁵.

Mas, embora traga benefícios, o processo civilizador que se segue da grandeza da Roma imperial é marcado pela servidão inerente ao regime imperial. Noutras palavras, o cultivo e o refinamento, durante o império, são afetados pela perda da liberdade pública e pela separação da virtude cívica e da virtude militar, inerentes ao fim da república. Como ressalta a fórmula precisa de John Pocock: “O divórcio entre o princípio militar e o civil leva à degeneração de ambos”²⁶. Enraizado no despotismo e na servidão, o cultivo das letras, das ciências e da filosofia não levará a grandes avanços dessas atividades, mas se reduzirá à erudição quase estéril e à imitação servil dos modelos mais antigos. O resultado, longe de ser um progresso, é a corrupção do gosto, em todos esses campos:

A física e a astronomia foram ciências cultivadas com êxito pelos gregos (...) Mas os provincianos de Roma, disciplinados por uma educação uniforme, de índole artificial

22 Idem, p. 64.

23 Idem, p.68.

24 DF, II. p.15.

25 “Tão sensíveis eram os romanos à influência da língua sobre os costumes nacionais que punham o maior empenho em estender, com o avanço de suas armas, o uso da língua latina (DFb, p. 53; DF, II, p. 15).” Acrescentar menção à exceção dos gregos DFb, p. 54-56.

26 POCOCK, J.G.A. Between Machiavelli and Hume: Gibbon as Civic Humanist and Philosophical Historian. *Daedalus*, vol. 105, no.3, MIT Press, 1976.

e estrangeira, deixavam-se envolver numa competição desigual com aqueles antigos audaciosos que, por expressar seus sentimentos genuínos em sua língua materna, já tinham ocupado todos os lugares de honra. (...) Uma nuvem de críticos, compiladores e comentadores obscurecia a face do saber, e ao declínio do gênio seguiu-se em breve a corrupção do gosto²⁷.

Isso é bastante diferente de simplesmente condenar o refinamento, associando-o necessariamente ao amolecimento dos costumes. Ora, é verdade que, para Gibbon, o refinamento dos romanos imperiais e dos cidadãos de província terminou por rebaixar o gênio e o gosto e produziu uma sociedade de “pigmeus”. É verdade também que, segundo o *Declínio e queda*, os “gigantes do norte” “corrigiram a raça franzina” que o império criara e trouxeram de volta um “espírito viril de liberdade”, que os romanos já haviam perdido. Mas nem por isso esses bárbaros, com seu modo de vida frugal e rústico, são escolhidos como modelos de virtude pelo autor. Com efeito, afirmar que o cultivo num regime despótico leva à corrupção é uma coisa e identificar a rusticidade com a virtude é outra, bem diferente.

Os germânicos: senso de honra x virtude civil.

O melhor exemplo dessa posição é o tratamento dado aos próprios “gigantes do norte”, no capítulo IX da obra. De fato, entender que o estado rude e impolido dos germânicos fosse virtuoso parece ser um excesso que o próprio Gibbon trata de ressaltar para tomar alguma distância. No perfil do povo germânico que o capítulo em questão apresenta aos leitores, o historiador inglês segue Tácito, o “primeiro historiador que aplicou a ciência da filosofia ao estudo dos fatos”, e se recusa a aderir à opinião daqueles “declamadores” que dignificaram o estado dos bárbaros com o “título (*appellation*) de virtuosa simplicidade”.²⁸

Com efeito, os germânicos não possuem certos refinamentos dos quais parece depender a própria sociabilidade. Desconhecedores da escrita, eles são incapazes de reflexão, possuem a mente embotada, fraca e letárgica. Neste estado, eles são inaptos a maiores progressos nas “ciências abstratas” e nas “artes úteis ou agradáveis”. Um fator bastante concreto é exposto aqui como determinante desta rusticidade: a agricultura, arte fundamental para a fixação dos povos à terra, é rudimentar e secundária em relação à caça e à pilhagem. Consequentemente, os homens não se fixam à terra, não há comércio, a indústria não floresce, não há cidades, há apenas “vilarejos irregulares” e fortificações, e o governo é precário, em geral restrito aos períodos de guerra. O mais grave é que sem agricultura não há determinação da propriedade e não há, tampouco, fixação plena

27 DFb, p. 69.

28 DF, p. 89.

das regras de justiça e das instituições a elas relacionadas (magistrados, governo político fixo etc.). Como ressalta Pocock:

Porque os germânicos não cultivam o solo eles não trabalham e são, portanto, preguiçosos. Uma outra consequência é que eles não se apropriam ou demarcam o solo, e não têm, portanto, qualquer compreensão do direito, que consiste na adjudicação da propriedade: da *suumcuique*.²⁹

Não por acaso, esses povos não são capazes senão de formas rudimentares de convívio que não lhes permitem desenvolver senão um forte senso de honra e independência. Daí o contraste entre os germânicos e os estados civilizados, nos quais o laço social e a dependência entre seus membros são muito melhor delimitados e reforçados pelas instituições, podendo favorecer o surgimento e o exercício da virtude cívica:

Num Estado civilizado, toda faculdade do homem é expandida e exercitada; e a grande cadeia da dependência mútua liga e abarca os diversos membros da sociedade. A porção mais numerosa deles é empregada no trabalho constante e útil. Porém, os poucos escolhidos, postos pela fortuna acima daquela necessidade, podem ocupar o seu tempo na busca do seu interesse, ou da glória, na melhoria de sua condição ou do seu entendimento, através dos deveres, prazeres ou mesmo pecadilhos da vida social.³⁰

Em suma: para Gibbon, desprovidos da noção de propriedade, os bárbaros germânicos carecem dos elementos mínimos para adquirir certa urbanidade e refinamento, que dela advém, sem os quais suas faculdades permanecem embotadas, a ponto de eles serem comparáveis “ao gado, seu companheiro de trabalho”.³¹ Nesse estado de indigência e rudeza, eles são incapazes de compreender os laços sociais e a interdependência dos homens em sociedade exatamente porque esta sociabilidade é bastante tênue. Assim sendo, se o refinamento e a opulência dos romanos imperiais foram inférteis e até perniciosos, a frugalidade, a rusticidade e até mesmo a liberdade dos bárbaros não são vistas exatamente com bons olhos. Considerá-las como virtudes, apenas devido ao contraste com os romanos imperiais, é deixar-se levar por um erro de avaliação. O “elevado senso de honra” de que os germânicos são dotados não os torna capazes de virtudes propriamente ditas, pois, essa honradez é, como nota Pocock, “baseada em paixões que de tão distantes se inflamam em orgulho disciplinadas ou decaem em letargia”.³² O que não significa, porém, que o historiador inglês simplesmente dê

29 POCOCK, J.G.A. *Barbarism and religion*, vol. IV, p. 82

30 DF, IX, p.89.

31 DF, p. 88.

32 Cf. POCOCK, J.G.A. *Barbarism and religion*, vol. IV, p. 83.

seu aval ao partido do refinamento e do luxo, sem maiores considerações.

Poderíamos dizer, de maneira um tanto caricatural, que Gibbon se recusa a fechar questão seja com a veemente censura do luxo contida no *Discurso sobre as ciências e as artes*, de Rousseau, seja com o elogio imoderado da sociedade moderna expresso n’*O Mundano*, de Voltaire, seja com os elogios ao luxo feitos por Mandeville, seja pela sua condenação moral tal como fora feita por autores como Lord Kames³³. Nem o império no auge de seu refinamento e opulência, nem os germânicos ou os pastores citados, servirão de modelos para o historiador inglês.

Aos olhos de Gibbon, não é apenas como moralistas, mas, sobretudo, como historiadores que devemos avaliar as lições que a queda de Roma tem a nos ensinar. Não parece razoável, como bem observa John Robertson, que a visão de Gibbon sobre o Império Romano seja pautada por uma censura simplesmente moral. Como afirma o comentador: “Tal hostilidade [contra o império] poderia ser explicada como simples expressão de ultraje moral diante da decadência e da corrupção do Império, mas a sugestão de que o cético e irônico Gibbon era principalmente um moralista não chega a ser persuasiva”.³⁴ Assim, em vez do elogio ou da condenação, deve-se verificar em que medida e sob quais condições e circunstâncias o refinamento, o luxo e a opulência podem ser benéficos; assim como, em que medida e sob quais circunstâncias serão nefastos. E para isso é necessário reconstituir as causas do declínio de Roma de maneira sistemática, detalhista e criteriosa.

Essa posição é indicativa de uma peculiaridade fundamental do pensamento gibboniano, a qual nos parece tributária do fato de que, ao cabo, ele se coloca num outro campo e se recusa a simplesmente endossar as clássicas antíteses entre a austeridade virtuosa e luxo vicioso, ou, de seu reverso. Esse campo é o campo da história e de uma história concebida de maneira um tanto particular, a qual já se desenha no *Ensaio sobre o estudo da literatura*, de 1761, obra de juventude do autor. É essa concepção de história que precisamos ao menos esboçar, se quisermos vislumbrar por que razões o autor do *Declínio e queda* não se ajusta com perfeição aos termos e dicotomias presentes na “querela do luxo”.

História, crítica e espírito filosófico

A concepção de história apresentada ao leitor do *Ensaio* requer, antes de mais, um historiador capaz de praticar a arte da crítica. Na definição do autor, a crítica consiste em “julgar os escritos e os escritores, o que eles disseram, se o

33 Cf., HOME, H, LORD KAMES. *Sketches of the History of Man, livro I*. Indianapolis: Liberty Fund, 2007, pp. 327- 330.

34 ROBERTSON, J. Gibbon’s Roman Empire as an Universal Monarchy. In: *Edward Gibbon and Empire*, p. 248

disseram bem, se disseram a verdade”.³⁵ Tal maneira de conceber essa disciplina implica subdivisões que abarcam a história: em primeiro lugar, a gramática, que estuda as línguas e os manuscritos, a autenticidade das obras e restabelece as passagens corrompidas; em segundo, a teoria da eloquência e da poesia; em terceiro, a história considerada, liminarmente, como o “exame e a crítica dos fatos”. Falando rigorosamente, a história é, para Gibbon, parte da crítica e o historiador ideal é um “crítico historiador”.

Não por acaso, antes de constituir sua teoria da história, Gibbon explicitará os problemas e o caráter daquela disciplina maior na qual ela se inscreve. Esse saber é, sem dúvida, erudito, mas não deve ser confundido com mero exercício de memória, desprovido de juízo e de razão. Longe de render-se à erudição vazia, depreciada por D’Alembert no *Discurso Preliminar* da Enciclopédia, o crítico gibboniano “pesa, combina, duvida, decide”.³⁶

Que a crítica não é disciplina unicamente da memória e que é de fundamental importância é algo que fica quando ela é comparada à geometria:

Diz-se que a geometria é uma boa lógica, e acredita-se que assim se lhe tece um grande elogio: mais glorioso, porém, para as ciências, do que estender os limites do universo, é desenvolver ou aperfeiçoar o homem. E a crítica não poderia reclamar para si o título de boa lógica? Tem esta vantagem: a geometria se ocupa de demonstrações que só dependem dela mesma: a crítica balança diferentes graus de verossimilhança [delibera entre diferentes graus de probabilidade]. É comparando tais graus que regulamos, todos os dias, nossas ações, e decidimos, por vezes, nossa sorte.³⁷

Dois elementos importantes se destacam desta comparação. Primeiramente, a crítica ocupa um lugar central, traz mais proveito até que a geometria, uma vez que é fundamental para o aprimoramento dos homens, visa aperfeiçoá-los e desenvolvê-los. Isto a coloca no âmbito da prática e do cálculo de probabilidades. Eis o segundo ponto, essencial, diga-se, para a caracterização do que está em jogo no trabalho do crítico. Pesar verossimilhanças, calcular probabilidades, no caso do historiador, significa, antes de mais nada, avaliar criteriosamente os documentos de que dispomos, comparando-os a outros, considerando suas contradições, uns com os outros, e verificando discrepâncias, seja no que tange aos fatos (se possível) seja quanto à datação. Nessa medida, a crítica é definida como prática que deve exercer-se pontualmente sobre produções particulares. Não por acaso, Gibbon nos dá exemplos como o exame das diversas histórias de Roma

35 GIBBON, E. Ensaio sobre o estudo da literatura. In: _____. *Ensaio de história*. Tradução de Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Iluminuras, 2014, p. 34.

36 Cf., Idem, p. 35.

37 Idem, p.36.

já escritas, ou das grandes obras da poesia clássica. Trata-se de uma disciplina, que não apenas visa um fim prático (o aprimoramento dos homens), mas que só se realiza mediante a prática constante, a do exame das obras e do estudo da história, que não se esgota nos estudos de princípios especulativos. Nesse sentido, aliás, é que ela não só é um saber, mas uma arte.

Algumas ciências são puro conhecimento: seus princípios são verdades especulativas e não máximas de conduta. É mais fácil compreender de maneira estéril uma proposição que torná-la familiar, aplicá-la com justeza, servir-se dela como um guia nos estudos, ou como uma luz para realizar novas descobertas.³⁸

A crítica não é da alçada da pura especulação, sem interesse prático pelo aprimoramento dos homens e da sociedade, por isso demanda exercício e não pode contentar-se com o mero conhecimento de seus princípios e regras gerais. Mas ela tampouco é mera rotina, uma aplicação irrefletida de princípios. “Seus princípios gerais são verdadeiros, mas estéreis. Quem só conhece esses princípios há de se extraviar, quer queira segui-los, quer queira contrariá-los”.³⁹ O crítico ideal deve conhecer sem dúvida as regras de sua arte, deve admirá-las, mas deve ser “um admirador esclarecido”, um conhecedor das razões de tais regras, a ponto de poder, em seu progresso em direção à descoberta de novas verdades, parecer afastar-se delas. O que se demanda ao crítico é que seja genial, num sentido preciso: “O gênio, repleto de recursos, mestre das regras, mas mestre também da razão das regras, parece, muitas vezes, menosprezá-las”.⁴⁰ Isso não significa, porém, uma depreciação das regras da arte. Como qualquer outra disciplina e arte, a crítica deve, aos olhos de Gibbon, ser sistemática, isto é, possuir o que ele chama de espírito filosófico. Assim como o cientista, o crítico historiador, assim como o gramático, ou o retórico, deve ser capaz de combinar ideias simples e reconduzir sua análise a princípios primeiros de seu saber, formando, na medida do possível, um sistema. “Ele pode ser geômetra, antiquário, músico, mas é sempre filósofo, e, por força de penetrar nos primeiros princípios de sua arte, é superior”.⁴¹

Esse gênio superior é raro, mas estabelece uma exigência que baliza a concepção de história exposta por Gibbon. O historiador tem de ser capaz de identificar nos fatos e relatos um sistema de causas e efeitos. Noutros termos, sua genialidade tem de ser temperada por juízo e gosto suficientemente refinados para distinguir dentre o emaranhado de fatos, os que em nada interessam à nar-

38 Idem, p.40.

39 Idem, ibidem.

40 Idem, ibidem.

41 Idem, p.49.

rativa histórica, daqueles que explicam ao menos parte desse sistema. Ele deve ser capaz “de ver relações, ali onde os outros não discernem senão os caprichos da fortuna”; ele tem que escolher “os fatos que serão os princípios de nossos raciocínios”, identificar as causas gerais que dão conta do maior número possível de eventos.

Parece-nos que é por conta de tal concepção da história que Gibbon não pode aceitar integralmente as dicotomias empregadas na “querela do luxo”. É no interior desse complexo sistema de causas e efeitos, a ser constituído por esse historiador de gênio vigoroso, juízo preciso e gosto apurado, que a medida e os efeitos do luxo e do refinamento poderão ser corretamente compreendidos e avaliados.

Se for mesmo assim, ao que parece, o autor do *Declínio e queda* não se ajusta de maneira exata aos limites mais clássicos da “querela”. Aliás, como afirma o comentário sagaz de Jean Starobinski, já no *Ensaio sobre o estudo da literatura* o historiador inglês não cabia muito bem neste figurino. Como diz Starobinski, opondo Gibbon a Rousseau:

Rousseau era capaz de mover seu processo contra as artes e as ciências opondo-as a um mundo de frugalidade e virtude (...). Se este era o passado perdido, o ‘tempo primitivo’, então nossa sociedade, com todos os seus luxos, tinha de ser vista como degenerada. O jovem Gibbon respondeu a isto rejeitando a antítese e recusando a condenação.⁴²

Ao que nos parece essa afirmação vale não só para o jovem, mas também para o Gibbon maduro, o historiador crítico, autor d’O *Declínio e queda do Império Romano*.

Referências

GIBBON, E. *Decline and fall of the roman empire*. Londres: Encyclopaedia Britannica, 1952.

_____. *Decline and Fall Of the Roman Empire*. New York: Fred DeFau and Company Publishers. Fac-símile capturado no sítio da Liberty Fund, link: http://lf-oll.s3.amazonaws.com/titles/1365/0214-01_Bk.pdf. Acesso em 11/06/2015.

_____. *Declínio e queda do império romano (Edição abreviada)*. Organizado por D. A. Sanders. Tradução e notas de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das

42 STAROBINSKI, J. _____ Gibbon’s response to French thought. *Daedalus*, Vol. 105, No. 3, Edward Gibbon and the Decline and Fall of the Roman Empire (Summer, 1976), pp. 189-207, Ed. MIT Press on behalf of American Academy of Arts & Sciences, em <http://www.jstor.org/stable/20024425>, em 22/09/2009, p.202.

Letras, s/d.

- _____. Ensaio sobre o estudo da literatura. In: _____. *Ensaaios de história*. Tradução de Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Iluminuras, 2014.
- HOME, H, LORD KAMES. *Sketches of the History of Man, livro I*. Indianapolis: Liberty Fund, 2007.
- MONTESQUIEU. *Observações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- MONZANI, L. R. *Desejo e prazer na Idade Moderna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- POCOCK, J.G.A. *Barbarism and religion*, volume III e IV. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- _____. Between Machiavelli and Hume: Gibbon as Civic Humanist and Philosophical Historian. *Daedalus*, vol. 105, no.3, MIT Press, 1976.
- ROBERTSON, J. Gibbon's Roman Empire as an Universal Monarchy. In: *Edward Gibbon and Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- STAROBINSKI, J. A palavra "civilização". In: *As máscaras da civilização*. Tradução de Maria Lúcia Ribeiro. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.
- _____. Gibbon's response to French thought. *Daedalus*, Vol. 105, no. 03, Edward Gibbon and the Decline and Fall of the Roman Empire (Summer, 1976), pp. 189-207, Ed. MIT Press on behalf of American Academy of Arts & Sciences, em <http://www.jstor.org/stable/20024425>, em 22/09/2009.

Recebido em: 03.03.2015

Aceito em: 18.05.2015